

# MAPFRE Affinity Seguradora S.A.

CNPJ 87.912.143/0001-58

GRUPO SEGURADOR



Sua nova geração de seguros.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Affinity Seguradora S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.

Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas sociedades *holdings*, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE.

a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas,

imobiliário e rural. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e rural, sociedade que controla esta Seguradora. O controle acionário da Seguradora, estruturado para formação do Grupo BB MAPFRE, foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676, de 25 de junho de 2012.

Em 2012, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 754,9 milhões e resultado líquido de R\$ 54,4 milhões, representando incrementos de 7,1% e de 6,4% respectivamente sobre o exercício de 2011. Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 8 de outubro de 2012 e 26 de dezembro de 2012, os Acionistas deliberaram o pagamento de dividendos no valor de R\$ 6.700 mil e R\$ 14.000 mil, respectivamente, totalizando R\$ 20.700 mil de dividendos pagos no exercício.

Em atendimento à Circular SUSEP 430/2012, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 131,8 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2013.  
A Diretoria

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>868.781</b>	<b>797.226</b>
Disponível		7.201	2.896
Caixa e bancos		2.896	184.691
<b>Aplicações</b>	<b>6</b>	<b>239.361</b>	<b>218.064</b>
<b>Créditos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>89.466</b>	<b>111.404</b>
Prêmios a receber		161.913	169.143
Operações com seguradoras		4.742	2.733
Operações com resseguradoras	<b>9</b>	1.247	13.781
Outros créditos operacionais		31.565	32.427
<b>Ativos de resseguro - provisões técnicas</b>		<b>317</b>	<b>617</b>
Ativos de resseguro		169.333	111.404
Títulos e créditos a receber		124.101	78.856
Créditos tributários e previdenciários	<b>20b</b>	44.178	33.741
Outros créditos		1.474	807
<b>Outros valores e bens</b>		<b>621</b>	<b>385</b>
Outros valores		621	385
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>252.061</b>	<b>276.948</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>13</b>	<b>252.061</b>	<b>276.948</b>
Seguros		252.061	276.948
<b>Ativo não circulante</b>		<b>276.049</b>	<b>226.571</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>274.087</b>	<b>225.873</b>
Imóveis destinados a venda	<b>10</b>	221	28
Bens móveis		200	134
Outras imobilizações		21	19
<b>Intangível</b>	<b>11</b>	<b>1.416</b>	<b>347</b>
Outros intangíveis		1.416	347
<b>Total do ativo</b>		<b>1.144.831</b>	<b>1.023.797</b>

	Nota	2012	2011
<b>Passivo</b>		<b>602.284</b>	<b>527.900</b>
<b>Cilante</b>		<b>129.361</b>	<b>61.973</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>17.525</b>	<b>15.260</b>
Obrigações a pagar		278	1.896
Impostos e encargos sociais a recolher		66	49
Encargos trabalhistas		51.592	41.357
Impostos e contribuições		5.900	3.411
Outras contas a pagar		9.547	83.688
<b>Debitos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>95.476</b>	<b>83.688</b>
Prêmios a restituir		2.820	1.821
Operações com seguradoras		704	4.438
Operações com resseguradoras		317	317
Corretores de seguros e resseguros		83.688	75.180
Outros débitos operacionais		8.264	1.930
<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>12</b>	<b>1.049</b>	<b>4.756</b>
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>13</b>	<b>376.395</b>	<b>377.485</b>
Danos		376.395	350.877
Pessoas		-	320.670
<b>Passivo não circulante</b>		<b>122.423</b>	<b>96.447</b>
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>13</b>	<b>39.035</b>	<b>52.239</b>
Danos		39.035	-
Pessoas		-	52.239
<b>Outros débitos</b>	<b>17</b>	<b>83.388</b>	<b>44.208</b>
Provisões judiciais		83.388	44.208
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>18</b>	<b>420.126</b>	<b>399.450</b>
Capital social		385.075	88.359
Aumento de capital (em aprovação)		-	296.716
Reservas de reavaliação		85	857
Reservas de lucro		60.227	3.552
(-) Ações em tesouraria		(26.033)	(26.033)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

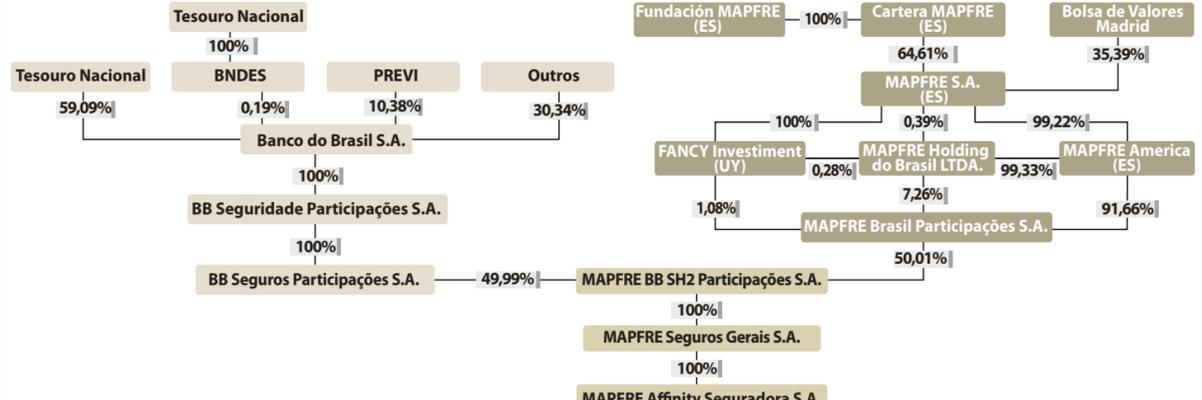
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	(-) Ações em Tesouraria	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>88.359</b>	-	-	<b>857</b>	<b>5.661</b>	<b>25.469</b>	-	<b>120.346</b>
Aumento de capital:								
AGO de 28 de fevereiro de 2011	-	234.000	-	-	-	-	-	234.000
AGE de 30 de março de 2011	-	44.000	-	-	-	-	-	44.000
TAGE de 27 de maio de 2011	-	18.716	-	-	-	(18.716)	-	-
Aquisições de 85.713.697 ações próprias	-	-	(26.033)	-	-	-	-	(26.033)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	51.104	51.104	51.104
Constituição reserva legal	-	-	-	-	2.555	-	(2.555)	-
Distribuição de dividendos conforme AGE de 29 de dezembro de 2011	-	-	-	-	-	(23.967)	(23.967)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>88.359</b>	<b>296.716</b>	<b>(26.033)</b>	<b>857</b>	<b>8.216</b>	<b>24.582</b>	<b>31.335</b>	<b>399.450</b>
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP nº 4.553 de 25 de abril de 2012	-	296.716	-	-	-	-	-	296.716
Dividendos deliberados em AGE de 8 de outubro de 2012	-	-	-	-	-	(6.700)	(6.700)	-
Dividendos deliberados em AGE de 26 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	(14.000)	(14.000)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	54.376	54.376	54.376
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	2.719	-	(2.719)	-
Proposta para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(13.000)	(13.000)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	38.657	(38.657)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>385.075</b>	<b>-</b>	<b>(26.033)</b>	<b>857</b>	<b>10.935</b>	<b>49.292</b>	<b>-</b>	<b>420.126</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A MAPFRE Affinity Seguradora S.A., (doravante designada "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros, em todo o território nacional, e atua com seguros de danos e de pessoas. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 87.912.143/0001-58. Em 5 de maio de 2010, o Banco do Brasil (doravante designado "BB") firmou acordo de parceria com a MAPFRE Brasil Participações S.A. (Grupo MAPFRE), por meio da BB Seguros Participações S.A. (subsidiária integral do BB) para atuação conjunta em certos segmentos do mercado segurador. Nesse contexto, as operações de Affinity da MAPFRE Vida S.A., nos segmentos de seguros de pessoas, foram transferidas em março de 2011 para a Seguradora e as participações societárias em outras entidades foram transferidas para a

MAPFRE Brasil Participações S.A. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings, conforme composição acionária abaixo: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e rural. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e nos seguros de vida em geral, imobiliário e agrícola quando comercializados por canais Affinity. A mudança da denominação social da Seguradora, anteriormente denominada MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A., foi aprovada através da Portaria SUSEP nº 4.800, de 29 de agosto de 2012. Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676, de 25 de junho de 2012.



## 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 430, de 5 de março de 2012, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2012 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP", sendo 2011, portanto, o primeiro ano de adoção integral dos CPCs homologados pela Circular SUSEP A Circular SUSEP nº 430/12 fluxo de Circular SUSEP nº 424/11. Conforme anexo III da Circular SUSEP nº 430/12, a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) está sendo divulgada pelo método indireto. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 8 de fevereiro de 2013. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2011, conforme disposto no item 2.1 do Anexo II do CPC 11. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse premissa. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial: i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; ii. ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; iii. ativos e passivos financeiros somente são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um (i) erro legal irreversível de compensar ativos e passivos; (ii) a contabilidade e quando a Seguradora apresenta a intenção de liquidar os instrumentos em uma forma líquida, ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente; iv. provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP; e v. custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são avaliados, em conjunto ou individualmente. **e) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais e arredondadas para o milhar mais próximo. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas nos exercícios em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de revisas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3b: Instrumentos financeiros;
  - Nota 3c: Classificação dos contratos de seguros e de investimento;
  - Nota 3d: Mensuração dos contratos de seguros;
  - Nota 3e: Custos de aquisição diferidos;
  - Nota 3f: Provisões técnicas;
  - Nota 3g: Teste de adequação dos passivos;
  - Nota 3h: Prêmios a receber (no que se refere a provisão para risco de crédito);
  - Nota 17 e 18: Provisões judiciais.
- g) Segregação entre curto e longo prazo:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias entre a data de aquisição e o vencimento igual ou inferior a noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores. **b) Instrumentos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) erro legal irreversível de compensar ativos e passivos. A classificação dentro das categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia suas investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício. ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. iii. Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iv. Emprestitos e recebíveis: Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto à resseguradoras e cosseguradoras, que são medidos pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício. v. Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 6d. **c) Instrumentos derivativos:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. i. Contratos de investimentos: A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBovespa, i. Contratos de seguros: Quando um derivativo embutido é identificado a Seguradora deve analisar se o instrumento principal é avaliado ao valor justo de acordo com o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor justo de acordo com as demonstrações financeiras. A Seguradora efetua uma análise dos contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. Nenhum derivativo embutido foi identificado nos exercícios apresentados. **d) Redução ao valor recuperável:** i. Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se a evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição

na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber e calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a referida provisão não é considerado nenhum componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais. A provisão para riscos de crédito é calculada com base no percentual de perda histórica aplicado sobre a totalidade das apólices/faturas vencidas, líquidas de comissões, cosseguro, resseguro, imposto sobre operações financeiras (IOF) e as provisões técnicas. ii. Ativos não financeiros: Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros), são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser integralmente recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de venda. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. A Seguradora não adotou a aplicação facultativa da reavaliação do custo na adoção inicial ocorrida em 2010, conforme os itens 22 e 51 do IPC 10, ao ativo imobilizado e a propriedade para investimento e previstos nos pronunciamentos técnicos CPC 27, 28, 27 e 43 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A proibição prevista na Circular SUSEP nº 430/12. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado). O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item que não trarão fluxo para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou "parte" de um componente, o item substituído é baixado apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na nota 10. A Administração da Seguradora considerou adequada a sua realidade e as circunstâncias das operações de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis previstas na Lei 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. Outros valores e bens referem-se substancialmente, ao registro transitório da compra de bens onde é mantido até o reconhecimento da nota fiscal, quando é transferido para o ativo imobilizado. **f) Ativos intangíveis:** Gastos de desenvolvimento de ativos intangíveis são reconhecidos como ativos intangíveis somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e, existir ainda, a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento desse sistema. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos. **g) Classificação dos contratos de seguros e de investimento:** As contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores, o âmbito das contas CPC 11 - Conseguros de seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo que a SUSEP por meio da Carta-Circular SUSEP/DECONGABN. 007/08, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurador na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar a forma admissível. Contratos de seguros econômicos associados com o item que não trarão fluxo para a Seguradora e o custo do ativo não são avaliados de acordo com o período decorrido de vigência do contrato. **h) Custos de aquisição diferidos:** Compreendem os custos de aquisição de apólices de seguros, sendo a SUSEP por meio da Carta-Circular SUSEP/DECONGABN. 007/08, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurador na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar a forma admissível. Contratos de seguros econômicos associados com o item que não trarão fluxo para a Seguradora e o custo do ativo não são avaliados de acordo com o período decorrido de vigência do contrato. **i) Custos de aquisição diferidos:** Compreendem os custos de aquisição de apólices de seguros, sendo a SUSEP por meio da Carta-Circular SUSEP/DECONGABN. 007/08, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurador na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar a forma admissível. Contratos de seguros econômicos associados com o item que não trarão fluxo para a Seguradora e o custo do ativo não são avaliados de acordo com o período decorrido de vigência do contrato. **j) Custos de aquisição diferidos:** Compreendem os custos de aquisição de apólices de seguros, sendo a SUSEP por meio da Carta-Circular SUSEP/DECONGABN. 007/08, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurador na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar a forma admissível. Contratos de seguros econômicos associados com o item que não trarão fluxo para a Seguradora e o custo do ativo não são avaliados de acordo com o período decorrido de vigência do contrato. **k) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), assim resumidas: A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) representa a provisão para o pagamento de prêmios de seguros que não foram recebidos e não foram pagos em decorrência de sinistros ocorridos e não avisados até a data de encerramento das demonstrações financeiras. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de "Run-Off" que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas no período de 24 meses. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de seguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e inclui provisões para os

sinistros em discussão judicial constituída conforme critérios definidos e documentados em Nota Técnica Atuarial (NT). Os valores provisionados são atualizados monetariamente e incluem estimativa de custos a serem incorridos com os custos de administração e dos ativos intangíveis diretamente relacionados por contratos de seguros. O montante exigido a longo prazo. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de encerramento das demonstrações financeiras. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos sinistros ocorridos e não avisados e conforme definido em cada Nota Técnica Atuarial. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de encerramento das demonstrações financeiras. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos sinistros ocorridos e não avisados e conforme definido em cada Nota Técnica Atuarial. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de encerramento das demonstrações financeiras. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos sinistros ocorridos e não avisados e conforme definido em cada Nota Técnica Atuarial. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data

\* continuação

**MAPFRE Affinity Seguradora S.A. - CNPJ nº 87.912.143/0001-58****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011** (Em milhares de reais)

atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de seguro:** A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem "rating" de risco de crédito de AAA a A, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Seguradora está exposta é minimizada em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguras elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características financeiras de concretização. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio bruto e líquido de resseguro.

	Demais		DPVAT		Vida		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Bruto de Resseguro</b>	4.021	0,5	2.916	0,4	5.204	0,7	12.141	1,6
<b>Região geográfica</b>								
Centro Oeste	8.826	1,2	4.931	0,7	9.355	1,3	23.112	3,1
Nordeste	0	0,0	2.190	0,3	0	0,0	2.190	0,3
Norte	58.166	7,8	32.131	4,3	602.477	81,1	692.774	93,3
Sudeste	3.022	0,5	5.911	0,8	3.490	0,5	12.423	1,7
Sul								
<b>Total</b>	<b>74.035</b>	<b>10,0</b>	<b>48.079</b>	<b>6,5</b>	<b>620.526</b>	<b>83,6</b>	<b>742.640</b>	<b>100,0</b>

	Demais		DPVAT		Vida		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Região geográfica</b>								
Centro Oeste	4.021	0,5	2.916	0,4	5.204	0,7	12.141	1,6
Nordeste	8.826	1,2	4.931	0,7	9.355	1,3	23.112	3,1
Norte	0	0,0	2.190	0,3	0	0,0	2.190	0,3
Sudeste	58.166	7,8	32.131	4,3	602.265	81,1	692.563	93,3
Sul	3.022	0,5	5.911	0,8	3.490	0,5	12.423	1,7
<b>Total</b>	<b>74.035</b>	<b>10,0</b>	<b>48.079</b>	<b>6,5</b>	<b>620.314</b>	<b>83,6</b>	<b>742.429</b>	<b>100,0</b>

	Demais		DPVAT		Vida		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Bruto de Resseguro</b>	2.020	0,3	1.628	0,2	4.304	0,6	7.952	1,1
<b>Região geográfica</b>								
Centro Oeste	9.014	1,3	2.681	0,4	9.622	1,4	21.317	3,1
Nordeste	0	0,0	905	0,1	0	0,0	905	0,1
Norte	60.648	8,7	24.111	3,5	575.058	82,3	659.816	94,5
Sudeste	2.213	0,3	3.746	0,5	2.419	0,4	8.379	1,2
Sul								
<b>Total</b>	<b>73.895</b>	<b>10,6</b>	<b>33.071</b>	<b>4,7</b>	<b>591.403</b>	<b>84,7</b>	<b>698.369</b>	<b>100,0</b>

	Demais		DPVAT		Vida		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Região geográfica</b>								
Centro Oeste	2.020	0,3	1.628	0,2	4.304	0,6	7.952	1,1
Nordeste	9.014	1,3	2.681	0,4	9.622	1,4	21.317	3,1
Norte	0	0,0	905	0,1	0	0,0	905	0,1
Sudeste	60.648	8,7	24.111	3,5	574.718	82,3	659.476	94,5
Sul	2.213	0,3	3.746	0,5	2.419	0,4	8.379	1,2
<b>Total</b>	<b>73.894</b>	<b>10,6</b>	<b>33.071</b>	<b>4,7</b>	<b>591.063</b>	<b>84,7</b>	<b>698.029</b>	<b>100,0</b>

**Sensibilidade do risco de seguro:** As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** 1. Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequentemente o resultado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. O fator utilizado para essa empresa com base nos estudos realizados foi de 15,99%. 2. Provisão de Insuficiência em Prêmios - PIP para seguros de curto prazo: Simulamos como um agravamento de 5% na premissa de sinistralidade da PIP afetaria o patrimônio líquido e o resultado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Os resultados obtidos demonstram que mesmo com a elevação de 5% na sinistralidade, a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é suficiente para cobertura dos sinistros e despesas futuras. **b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira teria impactado o patrimônio líquido e o resultado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Total	2012		2011	
		Sensibilidade	Impacto no patrimônio líquido/resultado	Sensibilidade	Impacto no patrimônio líquido/resultado
<b>a. Provisões Técnicas</b>			<b>(5.441)</b>		<b>(3.904)</b>
<b>a1. IBNR</b>	Aumento	Coefficiente de Variação dos Fatores de IBNR	(5.441)		(3.904)
<b>b. Sinistralidade</b>	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(10.111)		(4.741)

**Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que constituam o patrimônio líquido da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: a) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; b) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; c) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e d) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **• Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à falta de capacidade de a Seguradora saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos "ratings" atribuídos por agências classificadoras. Existem também algumas operações com a Resseguradora do Grupo MAPFRE.

Grupos de ramos	2012		2011	
	Ramos	Limite de retenção	Ramos	Limite de retenção
Patrimonial	71	12.627.739	88	12.627.739
Automóvel	87	1.500.000	76	1.500.000
Riscos Financeiros	46,48	1.500.000	29,77,82,84,87,93	1.500.000
		98	29,77,84,87	1.500.000

**Grupos de ramos**

Grupos de ramos	2012		2011	
	Prêmio Emitido Líquido (*)	Resseguro Cedido	Retenção	
Pessoas	593.553	100,0%	593.553	100,0%
Crédito / Riscos Financeiros	696.291	212	100,0%	212
	<b>695.735</b>	<b>212</b>	<b>100,0%</b>	<b>212</b>

(\*) Prêmio Emitido Líquido de Cosseguro e Cancelamentos

Grupos de ramos	2012		2011	
	Prêmio Emitido Líquido (*)	Resseguro Cedido	Retenção	
Pessoas	591.377	340	99,9%	340
Crédito / Riscos Financeiros	73.895	100,0%	73.895	100,0%
	<b>665.272</b>	<b>340</b>	<b>99,9%</b>	<b>340</b>

(\*) Prêmio Emitido Líquido de Cosseguro e Cancelamentos. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de Ressegurador	Nome do Resseguradora	Cessão (%)	Rating
Local	IRB Brasil Resseguros S.A.	32,23	AAA
Local	MAPFRE Re do Brasil Companhia de Resseguro	67,77	Não Atribuído
Total		100,00	

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's*, *FitchRatings* e *Moody's*. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de norma interna. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previsto para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto à incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. O risco de liquidez é mitigado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **• Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. É aprovada, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de realocamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

2012	A Vencer em até 1 ano		A Vencer entre 1 e 3 anos		A Vencer acima de 3 anos		Total
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Caixa e equivalentes de caixa	7.201	0,0	7.201	0,0	7.201	0,0	7.201
Disponível para venda	215.788	0,3	215.788	0,3	215.788	0,3	215.788
Mantidos até o vencimento	23.573	0,0	130.353	0,2	153.926	0,2	153.926
Créditos das operações de seguros e resseguros	199.467	0,3	4.225	0,0	203.692	0,3	203.692
Ativos de resseguro	317	0,0	317	0,0	317	0,0	317
Créditos tributários e previdenciários	44.178	0,0	41.106	0,0	85.284	0,1	85.284
Despesas antecipadas	—	0,0	—	0,0	—	0,0	—
Custo de aquisição diferidos	252.061	0,3	838	0,0	12.674	0,0	265.573
Outros ativos	126.196	0,2	760	0,0	126.956	0,2	126.956
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>868.781</b>	<b>1,1</b>	<b>177.282</b>	<b>0,2</b>	<b>1.058.737</b>	<b>1,4</b>	<b>1.058.737</b>
Contas a pagar	129.361	0,2	129.361	0,2	129.361	0,2	129.361
Débitos de operações com seguros e resseguros	95.476	0,1	95.476	0,1	95.476	0,1	95.476
Depósitos de terceiros	1.049	0,0	1.049	0,0	1.049	0,0	1.049
Provisões técnicas - seguros e resseguros	376.395	0,5	26.404	0,0	12.631	0,0	415.430
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>602.281</b>	<b>0,8</b>	<b>26.404</b>	<b>0,0</b>	<b>12.631</b>	<b>0,0</b>	<b>641.316</b>

Os ativos financeiros relacionados a depósitos judiciais e fiscais no valor de R\$ 84.131 mil e os passivos financeiros relativos a provisões judiciais no valor de R\$ 83.388 mil, não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. **Risco de mercado:** O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE adota políticas rígidas de controle e estratégias previamente estabelecidas e aprovadas pelo Comitê Financeiro e pelo Conselho de Administração, que permitem reduzir sua exposição aos riscos de mercado. As operações são controladas com as ferramentas *Stress Testing* e *Value At Risk* (VaR) e, posteriormente, confrontadas com a política de controle de risco adotada, de *Stop Loss*. A Seguradora acompanha o VaR da carteira de investimento periodicamente, por meio das informações disponibilizadas pela MAPFRE DTVM. O risco da carteira é apresentado na reunião do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação dos ativos da carteira. A metodologia adotada para a apuração do VaR é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 493 mil. No exercício analisado, as posições que mais contribuíram em termos de risco, foram as relacionadas aos papéis com remuneração pré-fixadas e índices de preços. **• Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: a) taxa de juros; e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Seguradora não resgata anualmente o seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento. Do total de R\$ 369.713 mil de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas, R\$ 131.837 mil foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento". R\$ 55.415 mil investimentos referentes ao Convênio DPVAT e R\$ 22.089 mil relativo a investimento em fundo não exclusivo. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 160.372 mil. Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data do encerramento das demonstrações financeiras.

Fator de Risco	2012		2011	
	Impacto no Patrimônio Líquido			
Taxa de Juros				
elevação de taxas	(81)	(758)		
redução de taxas	87	739		

**Parâmetros:** a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011; b) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura e de fatores externos, exceto risco de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de papéis geralmente aceitos de comportamento empresarial. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: **• Exigências para segregação adequada de funções,** incluindo a autorização independente de operações; **• Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;** **• Cumprimento com exigências regulatórias e legais;** **• Documentação de controles e procedimentos;** **• Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;** **• Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;** **• Desenvolvimento de planos de contingência;** **• Treinamento e desenvolvimento profissional;** **• Padrões éticos e comerciais;** e **• Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.** Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de *compliance* interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional onde a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas auto-avaliações de riscos e controles, auditorias internas e externas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. **• Gestão de Capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o exercício de reporte, e em períodos anteriores, a Seguradora não manteve nível de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento das seguradoras é constituído do capital base (montante fixo de capital) e um capital adicional (valor variável) que, somados, visam garantir os níveis inerentes às operações. A Seguradora apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP e pela SUSEP.

Patrimônio líquido	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
(-) Participações em coligadas e controladas	420.126	0,6	399.450	0,5
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	300	0,0	170	0,0
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais	1.171	0,0	1.171	0,0
(-) Ativos intangíveis	417.239	0,6	397.761	0,5
<b>Patrimônio ajustado (a)</b>	<b>150.980</b>	<b>0,2</b>	<b>140.888</b>	<b>0,2</b>
0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos dos últimos 36 meses (b.2)	34.914	0,0	41.169	0,0
<b>Margem de solvência (b) (maior entre (b.1) e (b.2))</b>	<b>150.980</b>	<b>0,2</b>	<b>140.888</b>	<b>0,2</b>
Capital base (CB)	15.000	0,0		

**MAPFRE Affinity Seguradora S.A. - CNPJ nº 87.912.143/0001-58**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

**14. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS**

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Montante estimado para os sinistros	Sinistros Líquidos de Resseguro							
	Ano de ocorrência do sinistro							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
No ano da ocorrência	40.130	90.140	58.058	69.344	98.848	198.330	174.991	<b>728.841</b>
Um ano após a ocorrência	62.303	106.932	69.318	98.425	163.888	213.969		<b>714.835</b>
Dois anos após a ocorrência	65.506	109.942	75.060	112.684	166.635			<b>529.827</b>
Três anos após a ocorrência	65.475	111.552	75.178	113.831				<b>366.036</b>
Quatro anos após a ocorrência	66.185	114.402	75.337					<b>255.924</b>
Cinco anos após a ocorrência	68.196	115.339						<b>183.535</b>
Seis anos após a ocorrência	69.307							<b>69.307</b>
Estimativa dos sinistros na data-base	<b>69.307</b>	<b>115.339</b>	<b>75.337</b>	<b>113.831</b>	<b>166.635</b>	<b>213.969</b>	<b>174.991</b>	<b>929.409</b>
Pagamentos de sinistros efetuados	<b>68.004</b>	<b>113.218</b>	<b>72.519</b>	<b>110.627</b>	<b>164.203</b>	<b>207.815</b>	<b>129.796</b>	<b>866.182</b>
Passivo representado no quadro	<b>1.303</b>	<b>2.121</b>	<b>2.818</b>	<b>3.204</b>	<b>2.432</b>	<b>6.154</b>	<b>45.195</b>	<b>63.227</b>
Passivo em relação a anos anteriores a 2006								<b>6.967</b>
Passivos relacionados à Retrocessão e DPVAT								<b>55.410</b>
Total de passivo de sinistros								<b>125.604</b>

**15. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS**

	2012	2011
Parcelas técnicas	415.430	429.724
Parcela correspondente a resseguros contratados	(317)	(817)
Direitos creditórios	(96.510)	(129.315)
Provisões retidas pelo IRB	(1.222)	(48)
Depósitos Judiciais DPVAT	(55.403)	(28.872)
<b>Total a ser coberto</b>	<b>261.978</b>	<b>265.632</b>
<b>Bens oferecidos em cobertura:</b>		
Quotas e fundos de investimentos	280.466	255.623
Títulos de renda fixa - públicos	169	12.384
Títulos de renda fixa - privados	11.575	13.831
<b>Total</b>	<b>292.210</b>	<b>281.838</b>
<b>Suficiência</b>	<b>30.232</b>	<b>16.206</b>

**16. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL****a) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda**

Probabilidade de perda	2012			2011		
	Quantidade	Valor do pedido	Valor da provisão	Quantidade	Valor do pedido	Valor da provisão
Provável	<b>1.124</b>	<b>10.441</b>	<b>10.441</b>	<b>1.478</b>	<b>11.211</b>	<b>11.211</b>
Total						

A Seguradora possui registros de provisão para perdas em processos cíveis contabilizados em "Sinistros a liquidar" no montante de R\$ 10.441 mil (R\$ 11.211 mil em 2011) classificadas com a probabilidade provável, que estão representadas por 1.124 ações (1.478 ações em 2011), cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

**b) Composição das ações por ano de citação**

Ano de abertura	2012		2011	
	Quantidade	PSL Judicial	Quantidade	PSL Judicial
Ate 2000	83	1.923	133	1.854
2001	16	177	34	195
2002	27	128	62	579
2003	77	214	154	368
2004	110	344	213	502
2005	67	879	108	1.246
2006	36	704	66	864
2007	96	1.236	160	1.308
2008	109	1.293	181	1.686
2009	170	1.761	260	2.025
2010	114	823	96	464
2011	165	781	11	120
2012	54	178		
<b>Total</b>	<b>1.124</b>	<b>10.441</b>	<b>1.478</b>	<b>11.211</b>

**c) Movimentação das provisões para ações judiciais**

	2012	2011
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>11.211</b>	<b>5.227</b>
Total pago no exercício	(2.120)	(568)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no exercício	(2.120)	(568)
Quantidade de ações pagas no exercício	144	26
Novas constituições no exercício	1.777	6.451
Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	202	104
Novas constituições referente a citações do exercício base no questionário trimestral	1.777	6.451
Baixa da provisão por extinção	(561)	-
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	134	(1)
Alteração da provisão por Atualização Monetária e Juros	-	102
<b>Saldo Final do Exercício</b>	<b>10.441</b>	<b>11.211</b>

**17. OUTRAS PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS****a) Composição**

Natureza	Provisões Judiciais		Depósitos Judiciais	
	2012	2011	2012	2011
<b>Fiscal</b>	<b>83.272</b>	<b>44.097</b>	<b>82.764</b>	<b>44.843</b>
COFINS	82.181	43.013	82.764	39.434
PIS	877	870	-	-
Outros	214	214	-	5.409
<b>Trabalhista</b>	<b>116</b>	<b>111</b>	<b>145</b>	<b>141</b>
<b>Total</b>	<b>83.388</b>	<b>44.208</b>	<b>82.909</b>	<b>44.987</b>

"Depósitos Judiciais referentes a sinistros em discussão judicial" somam R\$ 1.222 mil em 2012 (R\$ 5.040 mil em 2011). PIS - A Seguradora pediu o reconhecimento creditório em processo administrativo junto à Receita Federal das contribuições recolhidas ao PIS sobre receitas do ramo Habitacional efetuadas entre 1996 a 1998 e compensou o referido direito creditório com débitos devidos de COFINS e de PIS. Os valores compensados estão provisionados e sendo atualizados pela SELIC até o julgamento definitivo do processo. Os advogados responsáveis avaliam como provável a possibilidade de perda desse processo. **a) Composição:** COFINS - A Seguradora discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que passou a tributar as seguradoras pela COFINS e atualmente aguarda a decisão judicial sobre a exigência do tributo. Em 2005, a Seguradora obteve liminar para depositar judicialmente o valor discutido os quais são contabilizados no ativo, tendo provisão para contingência constituída no mesmo montante. A partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do Artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora deixou de provisionar a COFINS sobre as financeiras e não operacionais, passando a considerar apenas as receitas de prêmios na base de cálculo deste tributo. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudentia sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGFNCAT nº 2773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como possível, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 6.323 mil (R\$ 4.153 mil em 2011). Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é provável. **COFINS** - Com base em autorização judicial obtida em primeira instância, a Seguradora compensou débitos de COFINS do período de maio de 1999 a novembro de 2000 com pretensos créditos originados de PIS referentes ao período de 1994 a 1996, recolhimentos os quais entende serem inconstitucionais. Em março de 2007, conforme orientação de seu corpo jurídico, a seguradora decidiu depositar judicialmente referidas importâncias em ação própria onde discute a exigibilidade da COFINS. **b) Trabalhistas:** A provisão foi constituída com base na análise da Administração dos riscos e histórico de perdas. **c) Movimentação**

	2012				2011			
	I - Fiscais	II - Trabalhistas	Total		I - Fiscais	II - Trabalhistas	Total	
<b>Saldo inicial</b>	<b>44.097</b>	<b>111</b>	<b>44.208</b>	<b>26.152</b>	<b>111</b>	<b>111</b>	<b>26.263</b>	
Constituições	25.736	-	25.736	19.334	-	-	19.334	
Atualização monetária	13.439	8	13.447	111	-	-	111	
Baixas	-	(3)	(3)	(1.500)	-	-	(1.500)	
<b>Saldo final</b>	<b>83.272</b>	<b>116</b>	<b>83.388</b>	<b>44.097</b>	<b>111</b>	<b>111</b>	<b>44.208</b>	

**d) Composição das ações judiciais de naturezas fiscais e trabalhistas por probabilidade de perda**

I - Fiscais	2012		2011	
	Quantidade	Valor do pedido	Quantidade	Valor da provisão
Provável	4	83.272	4	44.097
II - Trabalhistas	4	83.272	4	44.097
Provável	1	116	1	111
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>116</b>	<b>1</b>	<b>111</b>

**PARECER ATUARIAL**  
Aos Senhores Administradores e Acionistas da MAPFRE Affinity Seguradora S.A.  
**CNPJ 87.912.143/0001-58**  
1. Informamos que elaboramos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas e dos demais aspectos atuariais da MAPFRE Affinity Seguradora S.A. com data-base de 31 de dezembro de 2012, conforme estabelecido nas Circulares SUSEP nºs 272/2004, 457/2012 e na Resolução CNSP nº 135/2005. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas, limites de retenção e demais aspectos atuariais analisados na avaliação atuarial.  
2. Todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da MAPFRE Affinity Seguradora S.A., referentes a 31 de dezembro de 2012, foram avaliadas, e correspondem à provisão de prêmios não

**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 385.075 mil (R\$ 88.359 mil em 2011), sendo que o aumento de R\$ 296.716 mil foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.553 de 25 de abril de 2012, e está representado por 1.400.133.483 (1.485.847.180 em 2011) ações ordinárias e sem valor nominal, das quais 85.713.697 ações mantidas em tesouraria, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2011. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. **c) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **d) Reserva estatutária:** Conforme previsto no artigo 29º do Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias, até o limite do capital. **e) Distribuição de resultados:** Para os resultados dos exercícios, a Administração propõe a seguinte distribuição:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	54.376	51.104
Constituição da reserva legal (5%)	(2.719)	(2.555)
Lucro líquido ajustado	51.657	48.549
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	12.914	12.137
Adicional distribuído	86	11.830
<b>Total de dividendos distribuídos</b>	<b>13.000</b>	<b>23.967</b>
Distribuição dos dividendos		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	13.000	23.967
Quantidade de ações		
Ações ordinárias	1.400.133.483	1.485.847.180
Dividendos distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,009285	0,016130

**Saldo em 1º de janeiro de 2011**

	2012	2011
(+) Distribuição de dividendos do exercício	23.967	-
(-) Pagamentos	(23.967)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>13.000</b>	<b>13.000</b>
(+) Distribuição de dividendos do exercício	20.700	20.700
(-) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	(20.700)	(20.700)
(-) Pagamentos		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>13.000</b>	<b>13.000</b>

**19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**

	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
<b>a) Ramos de Atuação</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Prestamistas	318.525	263.717	13,1%
Acidentes Pessoais Coletivo (APC)	275.589	220.841	2,8%
Vida em grupo	73.931	50.339	33,5%
DPVAT	48.080	33.072	87,9%
Créditos domésticos e risco comercial	34.224	70.078	239,2%
Demais ramos	41.910	3.573	12,4%
<b>Total</b>	<b>792.259</b>	<b>641.620</b>	<b>25,7%</b>

**b) Prêmios emitidos**

	2012	2011
Prêmios diretos	754.898	704.442
Prêmios de co-seguros cedidos	706.931	733.777
Repasse DPVAT	(113)	(62.407)
	48.080	33.072

**c) Sinistros ocorridos**

	2012	2011
Sinistros	(203.336)	(179.625)
Salvados	(257.476)	(231.455)
Ressarcimentos	2.372	2.334
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	56.412	54.669
Serviço de Assistência	(3.922)	(5.170)
	(712)	(3)

**d) Custo de aquisição**

	2012	2011
Comissões	(386.416)	(324.727)
Despesas com inspeção de riscos	(364.268)	(336.561)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(5.551)	(6.704)
	(16.597)	18.538

**e) Outras receitas e despesas operacionais**

	2012	2011
Apólices e Contratos	(24.060)	(12.062)
Despesas com encargos sociais	(13.373)	(8.601)
Despesas com cobrança	(58)	5.674
Lucros Atribuídos	(2.758)	(3.986)
Outras receitas (despesas)	(149)	(1.705)
	(7.722)	(3.444)

**f) Despesas administrativas**

	2012	2011
Pessoal próprio	(85.126)	(45.803)
Serviços de terceiros	(28.977)	(14.077)
Localização e funcionamento	(38.915)	(23.533)
Publicidade e propaganda	(3.158)	(1.805)
Despesas com publicação	(2.388)	-
Doativos e contribuições	(130)	(123)
Despesas com DPVAT	(925)	(1.025)
Outras despesas administrativas	(3.726)	(2.804)
	(6.907)	(2.436)

**g) Despesas com tributos**

	2012	2011
COFINS	(32.359)	(22.297)
PIS	(25.736)	(17.834)
Taxa de fiscalização	(4.182)	(3.142)
Outras despesas com tributos	(2.114)	(1.020)
<b>Total</b>	<b>(69.397)</b>	<b>(48.292)</b>

**h) Resultado financeiro**

	2012	2011
Recetas Financeiras	46.657	28.965
Operações de seguros	46.014	28.034
Outras receitas financeiras	643	931
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(18.140)</b>	<b>(3.710)</b>
Operações de seguros	(4.432)	(3.570)
Encargos sobre tributos	(13.439)	(111)
Outras despesas financeiras	(269)	(29)
<b>Total</b>	<b>28.517</b>	<b>25.255</b>

**20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a**